



FERRO RODRIGUES
**PRESIDENTE
DA ASSEMBLEIA
DA REPÚBLICA**

PÁGINA 2



CARLOS CÉSAR
**NOVO LÍDER
DO GRUPO
PARLAMENTAR**

PÁGINA 5

PS SERÁ FIEL AOS COMPROMISSOS QUE ASSUMIU COM OS PORTUGUESES

PÁGINA 7



PAULO HENRIQUES

JORGE FERREIRA

ACÇÃO SOCIALISTA DIGITAL DIÁRIO

SUBSCREVA
AQUI



**TODOS OS
DIAS ÚTEIS
CONTEÚDOS
EXCLUSIVOS**

QUENTE & FRIO

POR RUI SOLANO DE ALMEIDA

A ESCALDAR

Ferro Rodrigues exige respeito pela Assembleia da República

Nenhuma democracia sobrevive sem compromisso, uma cultura de lealdade institucional e de diálogo estratégico entre os partidos representados no Parlamento, defendeu Ferro Rodrigues no discurso que proferiu após ser eleito, por larga maioria, presidente da Assembleia da República.

Com as palavras de Cavaco Silva ainda a ecoarem na memória, o socialista, que ocupa agora o segundo lugar na hierarquia do Estado, exigiu respeito pela soberania da Assembleia da República, lembrou que em democracia não há deputados de primeira ou de segunda, como também não há grupos parlamentares ou coligações aceitáveis e outras que terão de ser banidas.

QUENTE

PR insiste em fugir à realidade

Não se entende tamanha agressão de Cavaco Silva contra o PS e os partidos à sua esquerda.

Confirma-se isso sim, e mais uma vez, o que há muito já se sabia: que o ainda Presidente da República nunca entendeu e insiste em não querer compreender que o futuro do país não se constrói nem com rancores, e muito menos com represálias.

Como lembra António Correia de Campos no "Público" alegar, como o fez Cavaco Silva, no seu infeliz discurso, que Portugal não pode perder as "invejáveis" posições conquistadas pelo Governo da coligação PSD/CDS nestes quatro anos é, não só não perceber a tragédia social que a direita produziu, como esquecer propositadamente os dados recentemente divulgados pelo Eurostat que colocam Portugal com o segundo pior défice e com a terceira maior dívida pública de toda a União Europeia.

FRIO

O desespero da direita

Já não há paciência para o ar teatral e compungido de Paulo Portas a manifestar a sua mágoa por ter de abandonar o poder que tanto ama. O homem não é um estadista. É uma fábrica de soundbites. De muito pouco valem as suas lamentações e alertas sobre a eventual intranquilidade que um Governo liderado por António Costa pode trazer para a confiança dos mercados.

Por muito que custe ao líder do CDS, já se percebeu que os sacrossantos mercados já intuíram que Portugal, com a liderança de António Costa, vai mesmo cumprir com as suas obrigações com a Europa e o euro. O que aliás se reflete na Bolsa de Lisboa, que se tem mantido em linha com as restantes bolsas europeias, mas também com a República a emitir dívida com taxas muito baixas.

GELADO

Mentir é muito feio

A direita despede-se destes últimos quatro anos de governação com um espólio carregado de muita propaganda e de poucos resultados. Os números da execução orçamental, recentemente divulgados, aí estão para desmentir o que a direita andou a prometer: depois de terem jurado sobre a Bíblia, durante toda a campanha eleitoral, que iriam devolver em 2016, 35% da sobretaxa do IRS aos portugueses, sabe-se agora que não podem ou não querem ir além dos 9%.

E o mais grave disto tudo é que o Governo já tinha estes números desde fevereiro, pelo que andou a esconder e a mentir aos portugueses, campanha eleitoral incluída, durante mais de sete meses. ■

FERRO RODRIGUES ELEITO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Os deputados do Parlamento, reunidos no dia 23 de outubro, na primeira sessão plenária da XIII legislatura, elegeram Ferro Rodrigues como presidente da Assembleia da República (AR). O socialista foi eleito, à primeira volta, com 120 votos de entre os 230 parlamentares.

APÓS a divulgação dos resultados da eleição, o novo presidente da AR, dirigindo-se ao hemiciclo, disse esperar estar à altura dos antecessores no cargo e afirmou que se assumirá como o presidente de todos os deputados. "Serei o presidente de todas as senhoras e de todos os senhores deputados", disse.

No discurso da tomada de posse como presidente da Assembleia da República, e numa réplica ao discurso de Cavaco Silva, Ferro Rodrigues defendeu que não há deputados ou grupos parlamentares de primeira e segunda, como também não há "coligações aceitáveis e outras banidas", exigiu respeito pela "soberania da Assembleia da República". "Respeitamos a soberania e autonomia dos tribunais,

do Governo e do Presidente da República. Temos o direito de exigir respeito pela soberania da Assembleia da República", disse. Acrescentando que a Assembleia da República "ocupa um lugar insubstituível no nosso regime

"Temos de exigir respeito pela soberania da Assembleia da República"

democrático.

O novo presidente da Assembleia da República lembrou que a história de "compromissos e convergências" tem "forçosamente de se repetir"



também nesta nova legislatura em que nenhuma força política, como acentuou, obteve maioria absoluta.

Reconhecendo que o conflito e as divergências políticas são próprias em qualquer democracia madura, Ferro Rodrigues lembrou, contudo, que "nenhuma democracia sobrevive sem compromissos e uma cultura de lealdade institucional", sublinhando que o diálogo entre os partidos representados na Assembleia da República assume um caráter estratégico.

A verdade, disse Ferro Rodrigues, é que a história dos inúmeros sucessos alcançados em Portugal, nestes 40 anos de democracia, e dos "muitos avanços civilizacionais" conseguidos, só foram possíveis graças aos compromissos

ANTERIORES PRESIDENTES DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA



HENRIQUE DE BARROS

JUNHO DE 1975
ABRIL DE 1976



VASCO DA GAMA FERNANDES

JULHO DE 1976
OUTUBRO DE 1978



TEÓFILO CARVALHO DOS SANTOS

OUTUBRO DE 1978
JANEIRO DE 1980



JORGE FERREIRA

tos políticos por “quem se dispôs a sentar à mesa para se pôr de acordo sobre questões fundamentais”.

Ferro Rodrigues defendeu ainda que nenhum representante do povo pode ser impedido de contribuir para o futuro do seu

país, lamentando o afastamento das instituições democráticas por parte dos portugueses, justificando que tal só acontece porque muitos se confrontam com uma situação económica e social muito grave, e por reação a um processo de ajustamento levado a cabo pela direita, que deixou um lastro de feridas sociais que “importa sarar com urgência”, lembrando a este propósito a pobreza, o desemprego, as desigualdades e a emigração indesejada.

■ **RUI SOLANO DE ALMEIDA**

UM SOCIALISTA DE FORTES CONVICÇÕES

Economista, professor universitário, de 65 anos, Ferro Rodrigues conta com um extenso currículo de participação cívica na vida pública e política nacional sempre norteado pelos valores da liberdade e justiça social. Fundador do Movimento de Esquerda Socialista (MES), aderiu ao Partido Socialista em 1986, em cujas listas foi eleito, em diversas legislaturas, deputado à Assembleia da República.

Nos governos de António Guterres, foi mi-

nistro do Trabalho e Solidariedade e ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

Em 2002, foi eleito Secretário-geral do PS, cargo que ocupou até julho de 2004.

Em 2005, assumiu funções como representante permanente de Portugal junto da OCDE, em Paris, posto que deixou em 2011, para ser candidato a deputado pelo PS nas eleições legislativas desse ano.

Vice-presidente da Assembleia da República desde 2011, foi convidado por António Costa, em 2014, para liderar o Grupo Parlamentar do PS. ■

IA DA REPÚBLICA DO PARTIDO SOCIALISTA



MANUEL TITO DE MORAIS

JUNHO DE 1983
OUTUBRO DE 1984



ANTÓNIO DE ALMEIDA SANTOS

NOVEMBRO DE 1995
ABRIL DE 2002



JAIME GAMA

16 DE MARÇO DE 2005
20 DE JUNHO DE 2011



Pela primeira vez na história da democracia portuguesa, há no parlamento nacional uma maioria de esquerda de três forças políticas (PS, BE e CDU) que, colocando o interesse nacional acima das suas diferenças ideológicas e programáticas, acordou pôr termo à política de austeridade e de empobrecimento, seguida pelo governo da direita, e propor ao país uma solução de governo estável e duradoura. Foi com o voto desta expressiva maioria que Eduardo Ferro Rodrigues foi eleito presidente da Assembleia da República, o sétimo socialista a desempenhar o segundo mais alto cargo da Nação.

Já muito se disse sobre os resultados das eleições legislativas. O PS obteve mais votos que nas legislativas de 2011 (e que nas europeias de 2014) e tem agora mais 12 deputados. A coligação PSD/CDS ganhou, perdendo votos e mandatos. Teve menos votos que o PSD sozinho na anterior legislatura. Pior resultado, os dois partidos juntos, só em 2005, quando o PS conquistou a maioria absoluta. O que é realmente inédito no atual quadro parlamentar é a existência de uma maioria de esquerda, pelo que não faz sentido invocar-se a tradição. E seria uma violação grave dos preceitos constitucionais se o Presidente da República mantivesse em gestão um governo rejeitado na AR e não convidasse o líder do PS, o segundo partido mais votado, para formar governo com o apoio da nova maioria parlamentar. Pela mesma razão, é completamente descabida a hipótese de um governo de iniciativa presidencial.

Por mais que Cavaco Silva se esforce por manter no poder o seu partido e afastar de qualquer solução governativa os partidos à esquerda do PS, a sua liberdade de ação é balizada pela Constituição e pela vontade soberana do povo português. Nas eleições de 4 de outubro, a maioria dos eleitores votou nos partidos de esquerda e rejeitou os partidos da coligação. A Constituição exige ao PR que interprete os resultados eleitorais e ouça os partidos com representação parlamentar. Por outro lado, só um governo liderado por António Costa garante as condições de estabilidade governativa que Cavaco Silva há muito reclama e que, agora, por sectarismo político deixou cair.

Ao PR compete indigitar o primeiro-ministro, mas são as maiorias parlamentares que definem a composição dos governos. Há, na Europa, exemplos de alianças pós-eleitorais de geometria variável para a formação de governos, cujo primeiro-ministro não pertence ao partido vencedor. Sem dramas ou crispações. Dialogar com todos, não fechar portas, construir uma maioria parlamentar que apoie um governo estável, via seguida por António Costa, é natural em qualquer democracia. Por que razão não há de ser em Portugal? ■

PS. Uma palavra de justificação aos leitores do AS por não ter sido publicada a edição de setembro. Com os mesmos recursos humanos, foi preciso assegurar a edição diária do *Acção Socialista Digital*, com metade da redação em férias no mês de agosto, e simultaneamente fazer os cinco números do jornal de campanha “Tempo de Confiança”. Aproveito para solicitar a todos os que dispõem de acesso à internet que subscrevam gratuitamente o www.accaosocialista.pt para receberem diariamente informação relevante sobre a atualidade política.

NOVA DIREÇÃO DO GP/PS **UMA EQUIPA RENOVADA E COMPETENTE**

A nova direção do Grupo Parlamentar do PS foi eleita no dia 28 de outubro. Carlos César, o novo líder da bancada socialista apresentou à votação dos deputados socialistas uma equipa renovada, experiente e de comprovada competência, preparada para a exigência dos desafios da legislatura que se inicia. A lista assegura ainda uma representação geográfica equilibrada e mais de um terço de mulheres.



JORGE FERREIRA

DA ANTERIOR direção, transitam apenas Ana Catarina Mendes e Pedro Nuno Santos, que, recorde-se, integraram o processo negocial que o PS conduziu com os partidos com repre-

sentação parlamentar, tendo em vista encontrar uma solução de Governo estável para o país. À saída da reunião do Grupo Parlamentar, que se seguiu à eleição da nova direção por larga maio-

ria, recolhendo 71 votos a favor, cinco contra e nove brancos, entre os 85 dos 86 deputados socialistas que participaram na eleição, Carlos César sublinhou a renovação na equipa que vai lide-

rar e reafirmou que o PS "é um partido coeso e consciente das suas responsabilidades", que saberá, como sempre, estar à altura do interesse nacional. Carlos César adiantou ainda

que "o PS está em condições de assegurar ao país uma alternativa de Governo sólida, respeitadora dos compromissos nacionais e assente num acordo de legislatura". ■



PRESIDENTE

CARLOS CÉSAR

Presidente do PS desde 29 de novembro de 2014. Frequentou a Faculdade de Direito de Lisboa onde foi dirigente estudantil. Foi presidente do Governo Regional dos Açores durante 16 anos, e líder do PS/Açores, entre 1994 e 2013. Deputado nas assembleias da República e regional. Foi dirigente nacional da JS da qual é militante de honra.



PEDRO DELGADO ALVES

Licenciado em Direito e professor universitário. Presidente da Junta de Freguesia do Lumiar, Lisboa. Membro do Conselho Geral e do Conselho Pedagógico do Centro de Estudos Judiciários. Foi secretário-geral da Juventude Socialista, entre 2010 e 2012.



CARLOS PEREIRA

Economista pelo Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG). Presidente do PS/Madeira. Perito da Comissão Europeia para o "Horizonte 2020". Líder do Grupo Parlamentar do PS na Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira. Deputado na XII Legislatura da Assembleia Legislativa da Região da Madeira.



1.ª VICE-PRESIDENTE

ANA CATARINA MENDES

Advogada. É presidente da Federação do PS de Setúbal. Foi vice-presidente do GPPS na última legislatura, diretora de campanha de António Costa nas Primárias do PS e presidente da Federação de Setúbal da JS.



JOSÉ APOLINÁRIO

Jurista. Presidente da Assembleia Municipal e ex-presidente da Câmara Municipal de Faro. Presidente da Docapesca, Portos e Lotas desde 2012. Foi deputado ao Parlamento Europeu e secretário de Estado das Pescas. Foi líder da Juventude Socialista.



LARA MARTINHO

Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais. Mestre em Relações Internacionais. Foi deputada à Assembleia Legislativa Regional. Foi secretária-geral da Câmara de Comércio de Angra do Heroísmo (2010-2012) e administradora da Sociedade para o Desenvolvimento Empresarial dos Açores.

VICE-PRESIDENTES



PEDRO NUNO SANTOS

Economista. Responsável, enquanto vice-presidente do GP/PS, pela Comissão de Economia e pela Comissão Parlamentar de Inquérito ao caso BES na última legislatura. Presidente da Federação de Aveiro do PS. Foi Secretário-geral da JS entre 2004 e 2008.



SUSANA AMADOR

Licenciada em Direito e docente universitária. Foi presidente da Câmara Municipal de Odivelas. É presidente do Departamento de Mulheres da FAUL.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



JORGE GOMES

Gestor de empresas. Foi governador civil e presidente da Federação de Bragança. É membro do Secretariado Nacional.



JOÃO GALAMBA

Economista. Doutorando na London School of Economics. Secretário nacional do PS. Integrou o grupo dos 12 economistas que elaboraram o Cenário Macroeconómico para o PS.



JOSÉ LUÍS CARNEIRO

Professor universitário. Presidente da Associação Nacional de Autarcas Socialistas. Presidente da Federação do PS/Porto. Foi presidente da Câmara Municipal de Baião.

CONSELHO FISCAL



PRESIDENTE

JOÃO PAULO CORREIA

Licenciado em Organização e Gestão de Empresas. Gestor.



FERNANDO ROCHA ANDRADE

Licenciado e Mestre em Direito. Professor Universitário. Secretário nacional e membro da direção do Gabinete de Estudos do PS. Integrou o grupo dos 12 economistas que elaboraram o Cenário Macroeconómico para o PS. Foi subsecretário de Estado da Administração Interna.



HELENA FREITAS

Doutorada em Ecologia pela Universidade de Coimbra e pós-doutorada pela Universidade de Stanford, EUA. É professora catedrática no departamento de Ciências da Vida da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, cujo Conselho Científico integra, e Diretora do Jardim Botânico.



LUÍS TESTA

Licenciado em Direito. Presidente da Federação de Portalegre. É membro da Assembleia Intermunicipal do Alto Alentejo.



ANA PAULA VITORINO

Licenciada em Engenharia Civil e Mestre em Transportes. Professora universitária no IST. Foi secretária de Estado dos Transportes do XVII Governo Constitucional. Administradora da Hidroelétrica de Cahora Bassa entre 2010 e 2012.



MARIA DA LUZ ROSINHA

Membro do Secretariado Nacional do PS. Foi presidente da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira.

CARLOS CÉSAR É O NOVO LÍDER DA BANCADA SOCIALISTA

O novo líder da bancada parlamentar socialista, Carlos César, é um político com um vasto percurso político, que começou muito jovem na luta contra a ditadura. Depois do 25 de abril foi um destacado dirigente da JS e do PS, de que é atualmente presidente. Chefiou durante três mandatos o Governo Regional dos Açores onde desenvolveu uma política de desenvolvimento sustentável e justiça social.

NASCIDO em 1956, em Ponta Delgada, na ilha de S. Miguel, nos Açores, Carlos César fez os estudos primários e secundários na sua cidade natal.

Ainda muito jovem, quando frequentava o Liceu Antero de Quental, foi membro da Cooperativa Cultural Sextante, da ilha de São Miguel, que se destacou em ações cívicas de oposição à ditadura do Estado Novo, sendo encerrada pela PIDE/DGS.

A sua propensão para a atividade política radica numa tradição familiar que levou, entre outros, o seu tio-avô, Manuel Augusto César, a uma participação ativa no Partido Socialista e em movimentos operários da I República, tendo, nessa altura, dirigido o "Protesto", órgão do Centro Socialista Antero de Quental, entre outras publicações progressistas.

A sua formação cívica e política, nos últimos anos da ditadura, está indelevelmente associada às influências de seu irmão Horácio do Vale César, jornalista, e a outras figuras de referência da época nos meios estudantis e de oposição em Ponta Delgada, como Jaime Gama, Mário Mesquita e Medeiros Ferreira.

Em 1973, com 17 anos, integrou a Comissão Dinamizadora da CDE em Ponta Delgada.

Funda a JS/Açores

A 26 de abril de 1974, um dia depois da Revolução dos Cravos, fundou a Associação de Estudantes do Liceu Antero de Quental, e, um mês mais tarde, a Juventude Socialista nos Açores.

Foi membro do primeiro Secretariado eleito da Secção de Ponta Delgada do Partido Socialis-

ta e da delegação dos Açores ao I Congresso Nacional do PS na legalidade e ao I Congresso Nacional da Juventude Socialista. Em 1977 ingressou na Faculdade de Direito de Lisboa, tendo feito parte da Direção da Associação de Estudantes e dos órgãos de gestão daquela instituição universitária. Até 1980 foi, também, coordenador nacional da JS para o Ensino Superior. Foi sempre dirigente nacional da JS, membro da sua Comissão Nacional, e, mais tarde, do seu Secretariado Nacional Executivo. Em 1986, quando é presidente do Congresso Nacional daquela organização autónoma do PS, foi proclamado membro honorário Nacional da Juventude Socialista.

De regresso aos Açores ingressa, como deputado, na Assembleia Regional em dezembro de 1980. Integrou a Direção do Grupo Parlamentar do PS e várias comissões parlamentares, presidindo à Comissão dos Assuntos Económicos. Foi vice-presidente da Assembleia Regional. De 1983 a 1985 foi líder do PS nos Açores.

Entre dezembro de 1988 e dezembro de 1989 é deputado na Assembleia da República. Faz, então, parte da direção do Grupo Parlamentar e das comissões de Defesa Nacional, da Juventude e dos Direitos, Liberdades e Garantias.

A 30 de outubro de 1994 é eleito presidente do PS/Açores, com 92% dos votos expressos em escrutínio secreto, no Congresso Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores

No ano seguinte acrescenta à



JORGE FERREIRA

sua qualidade de membro da Comissão Nacional e da Comissão Política Nacional do PS a sua eleição para o Secretariado Nacional, que integrou até 2012.

Nas eleições regionais de 13 de outubro de 1996, como candidato dos socialistas açorianos à presidência do Governo Regional, anula uma diferença de mais de 20% que separava o PS do PSD, vencendo com 46% dos

compõem o parlamento.

A 17 de outubro de 2004, voltou a liderar o PS numa vitória para a Assembleia Legislativa Regional dos Açores, reforçando a maioria absoluta dos socialistas em confronto com uma coligação formada pelos dois maiores partidos da oposição - o PSD e o CDS. Obtém 57% dos votos e 31 dos 52 deputados.

Nas eleições de 19 de outubro de 2008 obteve nova maioria de

Conferência de Presidentes das Regiões Ultraperiféricas e a vice-presidência da Mesa do Comité das Regiões da União Europeia. No Comité das Regiões integrou as Comissões de Recursos Naturais (NAT) e da Comissão de Cidadania, Governação e Assuntos Institucionais e Externos (CIVEX).

Foi também membro do Bureau Político da Assembleia das Regiões da Europa, do Bureau Po-



votos expressos. Põe então fim ao consulado laranja que dirigia os destinos desta região autónoma há cerca de 20 anos. Tem início uma nova era de progresso e justiça social no arquipélago.

Nas eleições legislativas regionais de 15 de Outubro de 2000, volta a vencer, desta vez com 49,2% dos votos expressos, elegendo 30 dos 52 deputados que

mandatos no Parlamento, conquistando 30 dos 57 lugares em disputa.

Foi membro do Conselho de Estado, do Conselho Superior de Defesa Nacional, do Conselho Superior de Segurança Interna e do Conselho Superior de Proteção Civil.

Do seu vasto currículo político consta ainda a presidência da

lítico e presidente da Comissão das Ilhas da Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa, bem como, durante vários anos, presidente do Eurodisseia.

Integrou igualmente o Congresso dos Poderes Regionais e Locais da Conselho da Europa, entre outros organismos externos. ■



JORGE FERREIRA

COMPROMISSO ÉTICO

Antes das legislativas de 4 de outubro, numa iniciativa inédita na nossa vida política, que partiu da direção de António Costa, os candidatos socialistas a deputados subscreveram um “Compromisso Ético”, que foi aprovado por unanimidade pela Comissão Política de 21 de julho.

O DOCUMENTO obriga os candidatos a deputados socialistas a revelarem as atividades profissionais que desenvolveram nos últimos cinco anos. Assim como, entre outros pontos, a declarar, sob compromisso de honra, a ausência de dívidas perante o fisco e a Segurança Social e

renunciar a participar em negócios com o Estado. Os deputados socialistas ficam também obrigados a renunciar a qualquer exercício da atividade de lóbi e a assumir a completa disponibilidade para renunciar à candidatura ou ao mandato se, por facto relevante, se conside-

rar comprometida a sua idoneidade ética ou política. Os deputados eleitos comprometem-se a assegurar, salvo motivo de força maior, o exercício do mandato, apenas suspendendo ou a ele renunciando em caso de exercício incompatível de funções governativas, de responsabi-

lidade política representativa ou de relevância nacional equiparada. Quem está na política tem de ter comportamento exemplar. Recorde-se que aquando do anúncio desta iniciativa na penúltima Comissão Política, o Secretário-geral do PS, António Costa, disse que o

“Compromisso Ético” se justifica porque “é cada vez mais evidente que os cidadãos exigem garantias de um comportamento ético por parte de todos os agentes políticos”, defendendo que “quem está na vida política tem de ter um comportamento exemplar e assumir compromissos”. ■

COMPROMISSO ÉTICO

1. Os candidatos que não tenham estado obrigados à apresentação da declaração no Tribunal Constitucional, tornam públicas as informações sobre o seu património e rendimento, nos mesmos termos que os titulares de cargos políticos, bem como as relativas a impostos pessoais, descontos para a Segurança Social e outras contribuições obrigatórias.
2. Os candidatos revelam as atividades profissionais que desenvolveram nos últimos cinco anos.
3. Os candidatos apresentam declaração, sob compromisso de honra, de inexistência de dívida ao fisco e à Segurança Social, ou de situação regularizada.

4. Os candidatos renunciam, desde já, a qualquer exercício da atividade de lobbying
5. Os candidatos assumem a completa disponibilidade para renunciar à candidatura ou ao mandato se, por facto relevante, se considerar comprometida a sua idoneidade ética ou política.
6. No desempenho do mandato, os deputados manterão total clareza e transparência na sua relação com entidades públicas, estando designadamente impedidos, na sua atividade profissional, de desenvolver ou participar em negócios com o Estado.
7. Honrando a confiança dos eleitores, os Deputados eleitos comprometem-se a assegurar, salvo motivo de força maior, o exercício pleno do mandato, apenas suspendendo ou a ele renunciando em caso de exercício incompatível de funções

governativas, de responsabilidade política representativa ou de relevância nacional equiparada.

8. Os deputados assumem o compromisso de prestar publicamente contas da sua atividade parlamentar no final de cada sessão legislativa.
9. Com respeito pelo princípio de que os Deputados exercem livremente o seu mandato, os eleitos comprometem-se a viabilizar com o seu voto as opções do Partido sobre matérias com relevo para a governabilidade, designadamente o Programa de Governo, o Orçamento de Estado, as Moções de Confiança e de Censura e os compromissos assumidos no programa eleitoral ou constantes de orientação política expressa da Comissão Política Nacional, salvo quando contendam com a sua liberdade de consciência, caso em que a posição tomada será sempre publicamente justificada.



PAULO HENRIQUES

NINGUÉM PODE CONTAR COM O PS PARA VIABILIZAR POLÍTICAS CONTRÁRIAS AOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS

António Costa defendeu que a coligação de direita não pode contar com o PS para viabilizar a prossecução de uma política que não é a dos socialistas nem a política da maioria dos portugueses, sublinhando que o partido “será inteiramente fiel aos compromissos que assumiu” perante os eleitores.

NO DISCURSO de reação aos resultados das eleições legislativas no Hotel Altis, o Secretário-geral do PS fez questão de esclarecer que “também ninguém conte connosco para sermos só uma maioria do contra, sem condições para formar um Governo credível e alternativo ao da direita”.

António Costa assumiu a responsabilidade “pessoal” e “política” pelos resultados eleitorais em que os socialistas “não alcançaram os objetivos a que se propuseram”.

“Como secretário-geral do PS assumo por inteiro a responsabilidade política e pessoal pelo resultado do partido”, disse.

António Costa lembrou que o

PS teve “uma campanha muito difícil nas eleições legislativas” e os seus militantes “lutaram até ao último momento pela vitória, que não foi alcançada”.

No seu discurso, o líder socialista salientou que o PS “será inteiramente fiel aos compromissos que assumiu perante os portugueses”, acrescentando que “qualquer que seja o lugar que ocupemos na Assembleia da República será este o nosso programa e seremos fiéis ao seu cumprimento escrupuloso”, disse.

Expressiva vontade de mudança

António Costa considerou ainda que a perda da maioria abso-

luta no Parlamento pelo PSD e CDS “constitui um novo quadro político, resultado da expressiva vontade de mudança”.

“A coligação PSD/CDS tem de perceber que há um novo quadro parlamentar e não pode julgar que pode continuar a governar como se nada tivesse acontecido”

No entanto, defendeu que, de acordo com os resultados eleitorais, compete à coligação de direita encontrar condições de governabilidade, mas fez questão de frisar que “ninguém pode contar com o PS para viabilizar políticas contrárias ao PS”.

“A coligação PSD/CDS tem de perceber que há um novo quadro parlamentar e não pode julgar que pode continuar a governar como se nada tivesse acontecido”, disse, acrescentando que, no entanto, “infelizmente, a maioria que expressou uma vontade de mudança ainda não se traduziu numa maioria de Governo, nem satisfaz no mero exercício de uma maioria

negativa apenas apostada em criar obstáculos sem assegurar uma alternativa credível e real de Governo”.

O Secretário-geral do PS reafirmou que continuará a lutar por uma viragem da página “na política de austeridade e na estratégia de empobrecimento, consagrando um novo modelo de desenvolvimento e uma nova estratégia de consolidação das finanças públicas; defesa do Estado Social; relançamento do investimento na ciência e na inovação”; e mudança da política de Portugal no seio da União Europeia, tendo em vista a adoção de uma estratégia de convergência entre Estados-membros. ■

RESULTADOS DEPUTADOS

VIANA DO CASTELO | 2 MANDATOS |



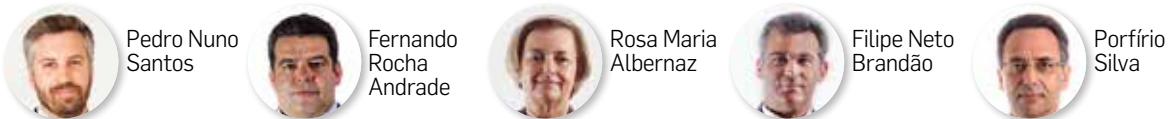
BRAGA | 7 MANDATOS |



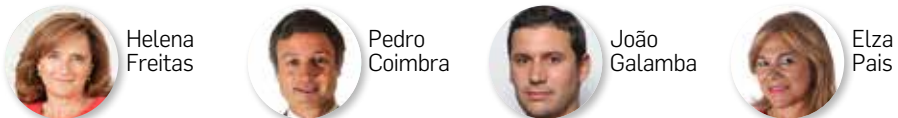
PORTO | 14 MANDATOS |



AVEIRO | 5 MANDATOS |



COIMBRA | 4 MANDATOS |



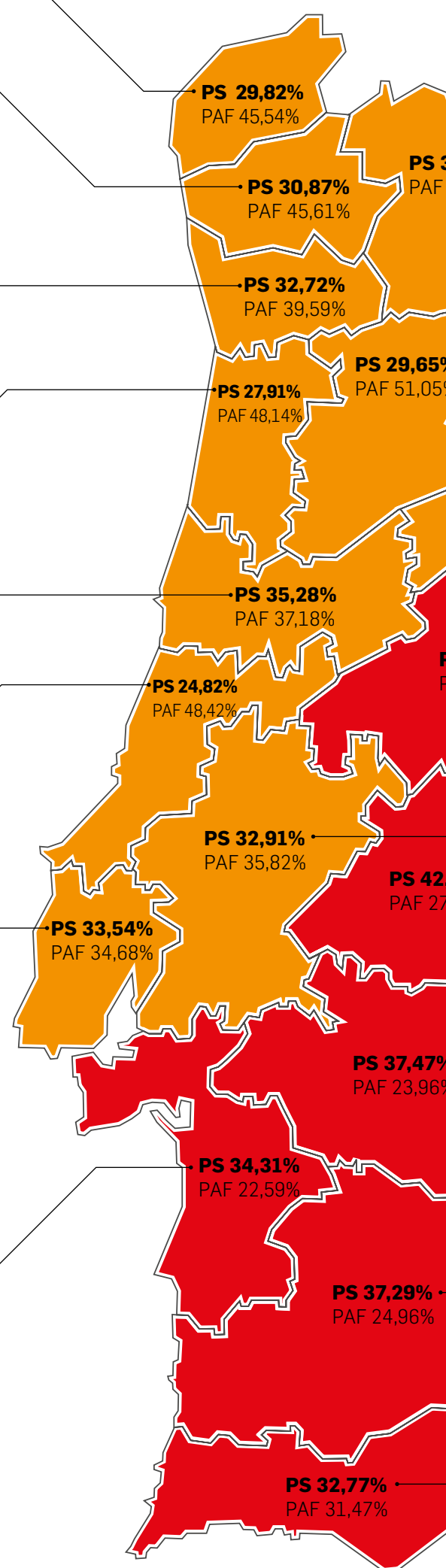
LEIRIA | 3 MANDATOS |



LISBOA | 18 MANDATOS |

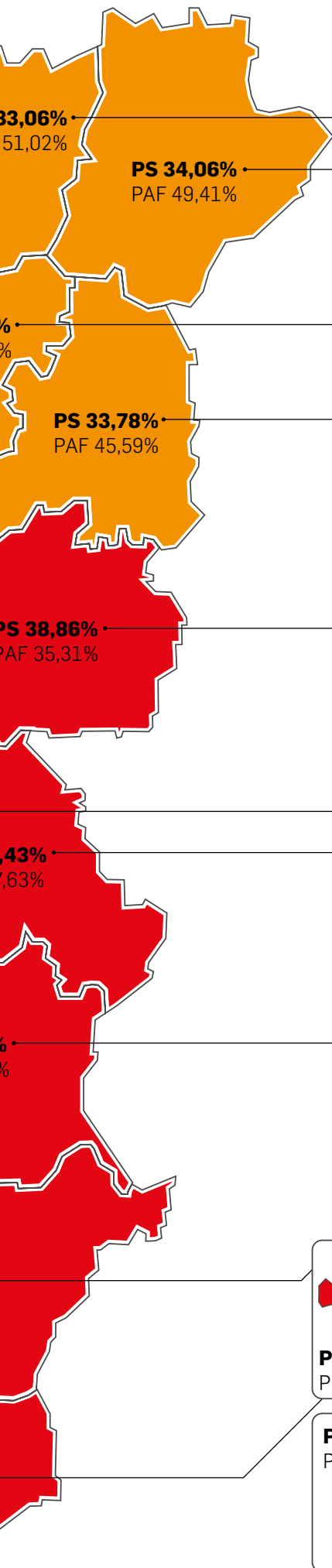


SETÚBAL | 7 MANDATOS |



ATIVAS 2015

MANDATOS E ELEITOS



VILA REAL | 2 MANDATOS



Ascenso Simões



Francisco José Ferreira Rocha

BRAGANÇA | 1 MANDATO



Jorge Gomes

UISEU | 3 MANDATOS



Maria Manuel Leitão Marques



António Manuel Leitão Borges



João Paulo Loureiro Rebelo

GUARDA | 2 MANDATOS



António Santinho Pacheco



Maria Antónia Almeida Santos

CASTELO BRANCO | 2 MANDATOS



Hortense Martins



Eurico Brilhante Dias

SANTARÉM | 3 MANDATOS



José António Vieira da Silva



António Gameiro



Idália Serrão

PORTALEGRE | 1 MANDATO



Luís Testa

ÉVORA | 1 MANDATO



Luís Capoulas Santos

BEJA | 1 MANDATO



Pedro do Carmo

FARO | 4 MANDATOS



José Apolinário



António Eusébio



Jamila Madeira



Luís Graça

AÇORES | 3 MANDATOS



Carlos César



Lara Martinho



João Castro

MADEIRA | 2 MANDATOS



Carlos Pereira



Luís Miguel Vilhena de Carvalho

EUROPA | 1 MANDATO



Paulo Pisco

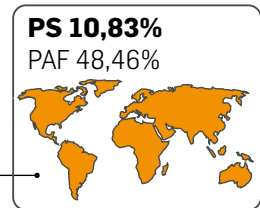
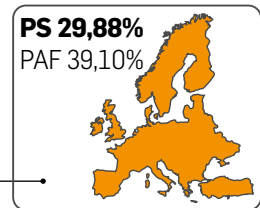
FORA DA EUROPA | 0 MANDATOS

27
É O NÚMERO DE MULHERES ELEITAS NAS LISTAS DO PS

TOTAIS NACIONAIS

	%	MAND.
PAF	36,86%	102
PS	32,31%	86
BE	10,19%	19
CDU	8,25%	17
PPD/PSD*	8,25%	5
PAN	8,25%	1

* AÇORES E MADEIRA



COMISSÃO POLÍTICA PS APROVA REJEIÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO DA COLIGAÇÃO

O Partido Socialista vai apresentar uma moção de rejeição do programa de Governo da coligação PSD/CDS, na sequência da decisão do Presidente da República de indigitar Passos Coelho como primeiro-ministro. A decisão emanada da Comissão Política Nacional do PS não teve votos contra e apenas duas abstenções.

NO COMUNICADO final da Comissão Política realizada no dia 22 de outubro indicava-se também que António Costa foi mandatado para prosseguir as negociações e concluir um acordo com o BE, o PCP e o PEV, bem como para aprofundar os contactos com o PAN, com vista a uma solução alternativa de governo estável, credível e consistente.

No documento, lê-se que a Comissão Política delibera dar ao seu Grupo Parlamentar "indi-

cação para apresentar uma moção de rejeição de qualquer programa de Governo que se proponha manter no essencial as políticas da anterior legislatura", uma vez que os socialistas estão cientes de que a direita coligada não reconhece a necessidade de mudança expressa pelos portugueses nas urnas.

Após a reunião que durou cerca de quatro horas, a Comissão Política salientou que os socialistas informaram o Chefe de

Estado de que estão em condições de "liderar uma solução alternativa, maioritária, consistente e duradoura".

A Comissão Política entende que a solução construída à esquerda corresponde ao critério político enunciado pelo Presidente da República, quando cometeu aos partidos políticos a responsabilidade de construir um apoio parlamentar maioritário, consistente e estável ao próximo Governo, num "tempo de compromisso".

Por isso, considera que Cavaco Silva se assumiu como "opponente" à maioria dos eleitores e responsabiliza-o por confundir programa de Governo com programas de partidos políticos que suportem esse Executivo.

Cavaco criou crise inútil

Falando à saída da reunião da Comissão Política do PS, António Costa considerou "incompreensível" a designação de um primeiro-ministro que o Presi-

dente da República "sabe antecipadamente" que não dispõe, nem de condições, nem do apoio maioritário na Assembleia da República.

Para o líder do PS, Cavaco Silva terá de assumir assim a responsabilidade de ter criado uma "crise política inútil", que mais não faz do que adiar a entrada em plenas funções de um Governo com apoio maioritário que assegure a estabilidade política que os portugueses reclamaram nas urnas. ■



JOSÉ FERREIRA

NOVA LEGISLATURA

DUAS GERAÇÕES NA BANCADA SOCIALISTA

João Torres e Alberto Martins são, respetivamente, o mais novo e o mais velho parlamentares do PS na XIII legislatura, que reuniu no dia 23 de outubro na sua primeira sessão plenária. Engenheiro civil, de 29 anos, o também Secretário-geral da JS aponta o emprego como a grande causa das novas gerações. Já Alberto Martins, jurista, de 70 anos, irá bater-se pelos seus valores de sempre: liberdade, igualdade e fraternidade.

NATURAL de Gueifães, concelho da Maia, onde nasceu a 24 de abril de 1986, João Torres, atual líder da JS, é o mais jovem deputado do Grupo Parlamentar do PS.

Antecipando as grandes linhas de ação que marcarão a sua atividade de deputado na nova legislatura, João Torres disse ao "Acção Socialista" que "o emprego é a grande causa das novas gerações", adiantando que "precisamos de mais postos de trabalho dignos e ainda de estancar a vaga migratória que expulsou do país milhares de jovens nos últimos anos".

João Torres aderiu à Juventude Socialista em 2001, tendo integrado em 2005 as listas das candidaturas do Partido Socialista à Assembleia Municipal da Maia e à Assembleia de Freguesia de Gueifães.



Durante a campanha presidencial de 2006, participou no movimento juvenil de apoio à candidatura presidencial de Mário Soares, "Movimento MP3".

Em 2007 passou a integrar o Secretariado Nacional, com o pelouro do Ensino Superior.

Por ocasião do XVII Congresso Nacional reintegrou o Secretariado Nacional, com o pelouro da Emancipação Jovem.

Nas eleições presidenciais de



2011, colaborou no movimento juvenil "Movimento Já", de apoio à candidatura de Manuel Alegre à Presidência da República.

Um decano combatente da liberdade

Nascido a 25 de abril de 1945, em Guimarães, Alberto Martins, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, o deputado mais velho da nova le-

gisatura, é já, pelo seu percurso político, uma das referências da esquerda. No Parlamento irá bater-se pelos seus valores de sempre: a liberdade, igualdade e fraternidade.

Desde muito novo Alberto Martins teve uma forte consciência política, o que o levou a ter um papel central na crise académica de 1969 que afrontou a ditadura salazarista.

A 17 de abril de 1969, Alberto Martins, então presidente Associação Académica de Coimbra, levantou-se para pedir a palavra em nome dos estudantes na cerimónia de inauguração do Departamento de Matemática.

Na mesa, o então Presidente da República Américo Tomás, surpreendido com a ousadia de Alberto Martins, dá a palavra, balbuciente, ao ministro das Obras Públicas, e encerra depois a ses-

são de forma abrupta.

Tinha começado a crise académica. Nessa mesma noite Alberto Martins é preso.

Depois do 25 de abril adere ao Partido Socialista, onde fez parte, por diversas vezes, dos seus órgãos dirigentes. É eleito deputado à Assembleia da República nas V, VI, VII, VIII e IX legislaturas.

Foi ainda líder da bancada socialista, onde se destacou pelas suas intervenções oportunas e acutilantes.

Alberto Martins foi também ministro e da Reforma do Estado e da Administração Pública no XIV Governo Constitucional e ministro da Justiça no XVIII Governo Constitucional.

Foi agraciado em 1999 com a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade pelo então Presidente da República, Jorge Sampaio. ■



FAMÍLIA SOCIALISTA EUROPEIA APOIA FORMAÇÃO DE GOVERNO DE ESQUERDA

A família socialista europeia tem manifestado o seu apoio incondicional ao Secretário-geral do PS, António Costa, nas suas diligências com vista à formação de um Governo de esquerda em Portugal que inicie um novo ciclo político assente num programa de crescimento económico e justiça social.

O PARTIDO Socialista Francês (PSF) manifestou no dia 23 de outubro, pela voz do primeiro-secretário Jean-Christophe Cambadélis, o apoio a um Governo em Portugal liderado pelo Secretário-geral do PS, António Costa, suportado por uma maioria parlamentar de esquerda.

Em comunicado, intitulado "Portugal: A direita deve respeitar a democracia", Cambadélis chama a atenção para os riscos de instabilidade política em Portugal em resultado da nomeação de um Governo de direita que não recolhe maioria parlamentar.

"Apesar de haver uma clara maioria de deputados de esquerda, o Presidente conservador decidiu nomear o primeiro-ministro cessante de direita", pode ler-se no comunicado, sublinhando haver "uma coligação de esquerda pronta para governar, liderada

por António Costa".

O PSF manifesta ainda o seu apoio ao PS e a António Costa na constituição de uma "alternativa política corporizada pelos socialistas" em Portugal, suportada por uma coligação esquerda.

Antes, no dia 22, o presidente do Partido Socialista Europeu (PSE), Sergei Stanishev, classificou como "irresponsáveis" e "antidemocráticas" as declarações proferidas pelo líder do Partido Popular Europeu (PPE), sobre o processo negociado entre os partidos da esquerda portuguesa e reiterou o seu apoio a António Costa e ao PS, no âmbito das negociações para a formação de um novo Governo em Portugal.

"A família socialista continua unida em relação ao PS e ao seu líder, António Costa, e apoia totalmente os seus esforços para formar um Governo estável em Portugal,

que permita entrar numa nova conjuntura de criação de emprego e crescimento económico", afirmou o líder do PSE.

Também o líder do SPD e vice-chanceler do Governo alemão, Sigmar Gabriel, numa mensagem, desejou ao Secretário-geral do PS votos de sucesso em relação ao processo de formação de um Governo liderado por António Costa.

E isto porque, defende Sigmar Gabriel, "Portugal precisa de um Governo que promova crescimento, emprego, inovação económica e social, tanto no seu país, como na Europa". Já o presidente do Parlamento Europeu, Martin Schulz, manifestou o desejo de que António Costa venha a liderar uma solução de Governo para Portugal, sublinhando ser "absolutamente normal que um líder de um partido de esquerda tente encontrar aliados à esquerda". ■

O FUNCIONAMENTO DA DEMOCRACIA PARLAMENTAR NA EUROPA

São vários os países do espaço europeu onde a formação do respetivo Governo não passa necessariamente pelo partido mais votado nas eleições, mas antes por uma solução estável de apoio parlamentar maioritário ao Executivo indigitado, observando-se as mais variáveis geometrias, à esquerda e à direita.

NÃO É do conhecimento público que, em qualquer desses países, se tenha verificado um "golpe político ou constitucional", nem um sentimento de ilegitimidade ou um sobressalto cívico. São países com democracias sólidas e adultas, onde a formação das soluções de Governo decorre naturalmente do sistema político-constitucional e do funcionamento das regras elementares da democracia parlamentar. Vejamos alguns exemplos:



Luxemburgo

O Partido Social-Cristão, do então primeiro-ministro Jean-Claude Juncker, venceu as eleições de outubro de 2013, com 33,7% dos votos e 23 deputados eleitos.

Na negociação parlamentar, foi Xavier Bettel, líder da terceira força política mais votada, com 18,3% dos votos, quem conduziu a bom porto um entendimento maioritário para suportar a formação de um Governo de coligação, juntando os 13 deputados do Partido Democrata aos 13 dos socialistas do LSAP e aos seis dos Verdes.

O Governo luxemburguês é liderado por um primeiro-ministro do terceiro partido parlamentar, em coligação com o segundo e o quarto partidos mais votados.



Bélgica

Em maio de 2014, os nacionalistas flamengos do N-VA venceram as eleições, com 20,4% dos votos e 33 deputados eleitos.

No entanto, é Charles Michel, o líder do terceiro partido com mais deputados eleitos, quem consegue negociar uma solução de Governo estável no quadro parlamentar, incluindo com o partido vencedor, sendo nomeado primeiro-ministro.

O Governo belga é liderado por um primeiro-ministro do terceiro partido parlamentar, com o apoio do primeiro, quarto e quinto partidos mais votados.



Noruega

O Partido Trabalhista de Jens Stoltenberg foi o vencedor das eleições realizadas em 2014. Observando-se, no entanto, uma composição maioritária dos partidos de direita no Parlamento, coube a Erna Solberg formar Governo, apresentando uma solução com recurso a acordos de incidência parlamentar.

O Governo norueguês é liderado por uma primeira-ministra do segundo partido parlamentar.



Letónia

Os sociais-democratas do Harmonia venceram as eleições de outubro de 2014. O partido liderado por Nils Usakovs obteve 23% dos votos e elegeu 24 deputados, mas ficou de fora da solução de Governo. Esta foi conseguida pelo partido conservador Unidade, o segundo mais votado com 21,9% dos votos e 23 deputados. Laimdota Straujuma foi indigitada para liderar um Governo de coligação com mais duas forças partidárias.

O Governo letão é liderado por uma primeira-ministra do segundo partido parlamentar, em coligação com o terceiro e quarto partidos mais votados.



Dinamarca

O Partido Social-Democrata, da primeira-ministra Helle Thorning-Schmidt, foi a força política mais votada nas eleições de junho de 2015, com 26,3% dos votos e 47 deputados eleitos. Face a um resultado maioritário dos partidos de direita, a vitória eleitoral não impediu o seu pedido de demissão.

Lars Lokke Rasmussen, líder do terceiro partido mais votado, com 34 deputados eleitos, foi empossado primeiro-ministro, ao obter um acordo de maioria parlamentar com mais três partidos. O Governo dinamarquês é liderado por um primeiro-ministro do terceiro partido parlamentar, com o apoio do segundo, quinto e nono partidos mais votados. ■

INGERÊNCIA EXTERNA



PEDRO SILVA PEREIRA

“ A escolha democrática dos portugueses, expressa na representação parlamentar, é uma intocável expressão de soberania e o funcionamento da democracia portuguesa dispensa bem interferências estrangeiras

Nestes últimos dias têm-se multiplicado as intervenções externas, sobretudo de governantes e dirigentes políticos europeus da direita, que se permitem dizer aos portugueses, de dedo em riste, quem é que, realizadas as eleições, os deve ou não deve governar. Muito curiosamente, desta vez não se fizeram ouvir as reações indignadas de certos arautos do reino, noutros momentos tão abnegados na defesa da nossa soberania e confesos adversários da alegada conversão de Portugal numa espécie de "protectorado". Ao que parece, o brio nacional desses espíritos oscila com as conveniências. Agora, a julgar pelo seu respeitoso silêncio, acham normal ouvir estrangeiros a darem palpite sobre a interpretação que deve ser dada aos resultados das eleições em Portugal e até sobre a posição que devem ou não devem ter as instituições políticas portuguesas no processo de formação do novo Governo.

É preciso dizer, de forma clara, que esta ingerência externa é absolutamente intolerável. A escolha democrática dos portugueses, expressa na representação parlamentar, é uma intocável expressão de soberania e o funcionamento da democracia portuguesa dispensa bem interferências estrangeiras.

Acresce que a ingerência externa, encomendada em desespero pela coligação de direita, vem triplamente equivocada - e também por isso deve ser denunciada.

O primeiro equívoco está em sugerir que, do ponto de vista democrático, há qualquer coisa de "anormal" no que se passa em Portugal, designadamente com a construção de uma solução governativa com apoio parlamentar maioritário mas em que o Primeiro-Ministro não pertence ao partido mais votado. Basta um olhar breve para o se que passa por essa Europa fora para perceber que isso é simplesmente falso. Na verdade, hoje são vários os países europeus em há um Governo com apoio parlamentar maioritário mas cujo Primeiro-Ministro não vem do partido mais votado: é o que sucede, por exemplo, na Dinamarca, no Luxemburgo, na Bélgica, na Letónia e na Noruega.

O segundo equívoco diz respeito ao alegado risco de uma rutura de Portugal com os seus compromissos com a União Europeia e com a União Económica e Monetária. Outra manifesta falsidade. Se há coisa que o Partido Socialista deixou claro desde o início é que um Governo do PS, mesmo que apoiado pelas forças políticas à nossa esquerda, permanecerá sempre fiel aos compromissos internacionais e europeus de Portugal, incluindo os que se referem à trajetória orçamental necessária para cumprir os objetivos de consolidação das contas públicas fixados no âmbito da zona euro.

O terceiro equívoco - porventura o maior de todos - é o de se imaginar que estas pressões políticas externas de encomenda, todas oriundas da família política europeia da coligação portuguesa de direita, podem alterar a expressão democrática da vontade dos portugueses no Parlamento que os representa. Pelo contrário. Estas desastradas intervenções externas, se alguma influência têm, é semelhante à de certas intervenções internas não menos desastradas: o seu único efeito é consolidar ainda mais a maioria parlamentar de esquerda que vai viabilizar um novo Governo para Portugal. ■



LEGADO DA DIREITA

EMPOBRECIMENTO DESEMPREGO E EMIGRAÇÃO

Empobrecimento dos portugueses, em especial dos trabalhadores e reformados, desemprego em massa, aumento do surto de emigração só comparável aos anos 60, cortes cegos no Estado Social. Este é o legado de quatro anos da coligação da direita que deixa o país, segundo o Eurostat, com o segundo pior défice e a terceira maior dívida de toda a União Europeia.

J. C. CASTELO BRANCO

OS PORTUGUESES têm menos qualidade de vida. Ganham menos, trabalham mais tempo e correm risco de despedimento, segundo a OCDE, no seu relatório anual sobre a qualidade de vida nos países desenvolvidos.

Ao longo dos quatro anos de austeridade expansionista para além do acordado com a troica, o número de portugueses empregados baixou de 4,898 milhões para 4,5 milhões. Perderam-se 398 mil empregos, sem contar com os portugueses que desistiram de procurar emprego e os estágios para maquilhar estatísticas. E a precariedade não parou de aumentar. Há 700 mil pessoas com contratos a prazo. Vidas a prazo. A estes somam-se 128 mil que passam recibos verdes, elevando para 826,7 mil o universo de pessoas com vínculo precário.

Sem emprego e convidados a sair do país pelo primeiro-ministro, 485 mil portugueses, na sua maioria jovens qualificados, emigraram.

Fruto do colossal aumento de impostos sobre os trabalhadores e cortes nas pensões, nos últimos quatro anos, 75% dos portugueses perderam rendi-

mento e metade das famílias portuguesas com filhos menores sobrevive com menos de mil euros por mês, segundo o mais recente estudo da Associação para a Defesa dos Direitos do Consumidor (Deco).

Só no último ano, um quinto dos portugueses sentiu necessidade de pedir ajuda para enfrentar problemas financeiros, uma situação verificável a partir dos pedidos de apoio que diariamente chegam à associação.

Pobreza infantil

A tragédia social que se abateu no país é bem espelhada no Inquérito às Condições de Vida e Rendimento do INE, onde se refere que há mais portugueses em risco de pobreza, sendo as crianças o grupo etário onde o nível de pobreza é mais elevado, assistindo-se ainda a uma forte desigualdade na distribuição de rendimentos, com o fosso entre ricos e pobres a aumentar.

Também na saúde e na educação, dois pilares fundamentais do Estado Social, o legado da direita é devastador. Na educação, que sofreu cortes brutais no seu orçamento, o Governo deixou o serviço público de edu-

cação degradar-se, ao reduzir a aposta na escola pública e transferindo recursos para o sector privado.

Também na saúde o Governo fracassou. Degradou-se o Serviço Nacional de Saúde. Nunca os portugueses pagaram tanto pela saúde, já que 32% da despesa em saúde é agora paga pelas famílias. Houve restrições orçamentais sem critério que tiveram como consequência caos nas urgências, rotura nos hospitais, aumentaram as listas de espera em cirurgia, particularmente em oncologia, e assistiu-se a uma saída em massa de médicos e enfermeiros.

Mas toda esta política de austeridade tinha como objetivo, nas palavras do Governo, reduzir o défice e a dívida pública. Mas tal não aconteceu. O défice é de 7,2% do PIB, quando o acordado era de 1,8%. Já a dívida pública registada está num valor astronómico de 130,2%, quando a meta acordada era de 105%. Um fiasco em toda a linha. Os sacrifícios dos portugueses, em especial os de mais baixos rendimentos, foram em vão. ■

DESRESPEITAR A AR SERIA VANDALIZAR A DEMOCRACIA

O líder parlamentar do PS, Carlos César, defendeu ontem que a vontade maioritariamente expressa pelos portugueses, que está plasmada na constituição do novo quadro parlamentar, deve ser respeitada. Não respeitar a Assembleia da República, sublinha, "seria vandalizar a democracia".



JORGE FERREIRA

NO FINAL da primeira reunião do Grupo Parlamentar socialista, após a eleição da nova direção da bancada, Carlos César reafirmou que o PS gostaria que o processo conducente à apresentação de uma alternativa de Governo ocorresse de forma mais rápida, em nome da estabi-

lidade e do interesse do país. Tal não sendo possível, em função da indigitação de Passos Coelho para tentar formar um Governo sem apoio maioritário, bem como do calendário político decorrente da decisão do Presidente da República, o PS mostrará, nos dias 9 e 10 de no-

vembro, quando será debatido o programa de Governo da coligação de direita, "que, não sendo esta a alternativa de Governo que desejamos para o país, há outra", que o PS está em condições de assegurar, uma alternativa "sólida e consolidada". O acordo entre os partidos da

esquerda parlamentar, que dará sustentação maioritária à alternativa de Governo que o PS está em condições de assegurar ao país, "ficará associado ao debate sobre o programa de Governo da coligação de direita", afirmou Carlos César, acrescentando que ficará de-

monstrado ao país "que há uma alternativa estável, duradoura, respeitadora dos compromissos nacionais e com um acordo de legislatura".

"O PS não vira as costas ao país e não deixará o país sem Governo", venceu o presidente do Grupo Parlamentar. ■



ELEITA A MESA DA AR

A Assembleia da República procedeu ontem, em sessão plenária convocada para o efeito, à eleição dos vice-presidentes e restantes órgãos da Mesa, que irão coadjuvar o presidente, Eduardo Ferro Rodrigues, no exercício das suas funções e na condução dos trabalhos parlamentares.

O DEPUTADO socialista Jorge Lacão foi um dos quatro vice-presidentes eleitos para a nova legislatura, a par de José Matos Correia, José Manuel Pureza e Teresa Caeiro, numa eleição que ficou, ainda assim, marcada pelo desrespeito, da parte de PSD e CDS, pelo compromisso verbal entre todos os grupos parlamentares de vota-

rem consensualmente em todos os candidatos. O PS honrou o compromisso, ao contrário dos partidos da direita, que assumiram uma postura de crispção e falta de lealdade, num episódio que não prestigiou a vida parlamentar. Foram também eleitos os secretários e vice-secretários da Mesa, que passam a integrar

os deputados socialistas Idália Serrão, entre os primeiros, Luísa Salgueiro e Diogo Leão, entre os segundos, respetivamente. Os parlamentares aprovaram ainda a lista para o conselho de administração, que integra o deputado socialista Marcos Perestrello. Ao lado, os parlamentares do PS nos órgãos da AR. ■

MESA DA AR



VICE-PRESIDENTE
JORGE LACÃO

Advogado e professor universitário. Foi ministro dos Assuntos Parlamentares no XVIII Governo Constitucional e secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros no XVII Governo Constitucional. Liderou a bancada parlamentar do PS entre 1995 e 1997.



SECRETÁRIOS
IDÁLIA SERRÃO

Licenciada em Ciências Sociais. Foi secretária de Estado Adjunta e da Reabilitação nos XVII e XVIII Governos Constitucionais.

VICE-SECRETÁRIOS



LUÍSA SALGUEIRO

Advogada e consultora jurídica. Foi porta-voz dos socialistas na Comissão de Saúde na última legislatura.



DIOGO LEÃO

Historiador. Mestrando em História Contemporânea. Secretário-geral Adjunto da Juventude Socialista.

CONSELHO FISCAL



MARCOS PERESTRELLO

Licenciado em Direito. Presidente da Federação de Lisboa do PS. Foi secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar no XVIII Governo Constitucional e vice-presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

ESTE MÊS FOI NOTÍCIA



BOLSAS DE MÉRITO POR PAGAR HÁ TRÊS ANOS

Há três anos que os melhores alunos de 2012/2013 esperam pela bolsa de mérito a que têm direito e, neste momento, ainda está a decorrer o levantamento dos estudantes elegíveis para as bolsas relativas ao ano letivo de 2014/2015.

Em causa estão cerca de quatro milhões de euros e o atraso nos pagamentos foi denunciado no início do ano letivo pelos próprios estudantes, sendo que, dois meses depois, a situação mantém-se inalterada.

O Ministério da Educação limita-se a confirmar a lamentável situação: cerca de 1600 alunos que, nos anos letivos de 2012/2013 e 2013/2014, tiveram uma média de, pelo menos, 16 valores deviam ter sido premiados com uma bolsa de estudo por mérito de cerca de 2500 euros cada, mas o pagamento ainda não foi efetuado. ■



CRÉDITO MALPARADO DAS FAMÍLIAS E EMPRESAS BATE NOVO RECORDE

No Portugal real, diferente do país propagandeado pela coligação, o crédito malparado das famílias e das empresas alcança novo recorde.

Em agosto passado o crédito malparado superou a barreira dos 19 mil milhões de euros, representando mais de 9% do total dos empréstimos concedidos, segundo o Banco de Portugal (BdP). ■

GOVERNO EM GESTÃO ASSEGURA "TACHOS" PARA "BOYS"

Enquanto a democracia sofre e o país perde um tempo precioso para a gestão do seu quotidiano e dos seus desafios contemporâneos, a maioria de direita, em gestão, entretém-se com nomeações, trocas e jogos de poder, consumados em campanha eleitoral ou já depois de conhecidos os resultados eleitorais.

Ao todo cerca de uma centena de nomeações de dirigentes para cargos intermédios na Função Pública, que não têm de passar pela Cresap, a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, foram publicadas em "Diário da República" desde o dia 5 de outubro. Os felizes contemplados foram essencial-



mente adjuntos de ministros, chefes de gabinete e assessores que, de uma hora para a outra, assumiram cargos de poder na Administração Pública, com contratos que lhes asseguram permanência durante pelo menos três anos.

O Ministério da Defesa Nacional é o recordista, com mais nomeações publicadas e, inclusive, preencheu cargos criados uma semana antes das eleições legislativas. Mas também o Ministério do Trabalho e Segurança Social. ■

DEVOLUÇÃO DA SOBRETAXA CAI PARA OS 10 POR CENTO

Depois de passar toda a campanha eleitoral a prometer aos portugueses uma devolução da sobretaxa do IRS bastante superior a 35%, eis que a realidade pós-eleições vem revelar a verdadeira natureza política da coligação PSD/CDS.

Com efeito, o Governo admite agora que só está em condições de devolver 9,7% da sobretaxa de IRS em 2016, mais ou menos o equivalente a uma sobretaxa efetiva de 3,2%, uma estimativa manifestamente inferior à que anunciara em agosto.

A ainda ministra das Finanças justifica esta redução com a queda da receita do IRS em cerca de 85 milhões de euros, em resultado da descida das retenções na fonte dos vencimentos dos trabalhadores

das administrações públicas.

Mostrando indignação com esta reviravolta do Governo sobre a percentagem de devolução da sobretaxa do IRS, o deputado do PS Vieira da Silva, falando na TVI, considerou como "absolutamente lamentável" que este tema da devolução da sobretaxa do IRS tenha sido utilizado de forma demagógica e como um "instrumento de combate eleitoral" pela coligação PSD/CDS, tendo lembrado que vozes da coligação de direita chegaram mesmo a anunciar que poderia haver lugar a uma devolução de 100%.

Vieira da Silva fez questão de recordar que, não só o PS como os restantes partidos da oposição, "assim como as várias associações de fiscalistas e de profissionais da área", sempre questionaram esta contabilidade que "só o Governo PSD/CDS insistia em subscrever". ■

SOCIALISTAS DA CGTP-IN APOIAM SOLUÇÃO GOVERNATIVA DE ESQUERDA

O Conselho Nacional de Coordenação da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN (CSS da CGTP-IN), reunido em 16 de Outubro de 2015, deliberou "apoiar totalmente o Secretário-Geral, António Costa, nos esforços que vem desenvolvendo para construir, com os restantes partidos da esquerda, uma plataforma política que projete e suporte uma solução governativa das esquerdas" No comunicado, os sindicalistas socia-

listas saúdam ainda "o Partido Socialista pela votação alcançada nas recentes eleições legislativas, fruto do grande empenhamento dos militantes e simpatizantes, incluindo os da CSS da CGTP-IN, cujo resultado contribuiu decisivamente para retirar a maioria absoluta à Direita".

A Corrente Sindical Socialista considera que "a perda da maioria absoluta pela Direita significa que o Povo, especialmente os trabalhadores e trabalhadoras, rejeita frontalmente a política de austeridade e de empobrecimento geral praticada pelo PSD/CDS durante o seu governo". ■



ABRIU-SE UM NOVO CICLO POLÍTICO NO PAÍS

As eleições legislativas abriram um novo "ciclo político no país" com os portugueses a exigirem compromissos dos governantes, defendeu hoje o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, sustentado que celebrar o 5 de outubro não é olhar sobre o passado mas antes "uma afirmação sobre o futuro que queremos ser".

Fernando Medina falava na cerimónia solene comemorativa do 105º aniversário da implantação da República, no salão nobre dos Paços do Concelho, que pela primeira vez, desde a implantação da democracia em 1974, não contou com a presença do chefe de Estado.

O autarca socialista recordou que com a implantação da República se afirmaram valores como a liberdade, a igualdade e a fraternidade, tendo-se proclamado, ao mesmo tempo "causas como a educação, a saúde pública, os direitos das mulheres, o sufrágio universal ou o municipalismo". ■



CÂMARA DE LISBOA REDUZ IMI PARA FAMÍLIAS COM FILHOS

A proposta de orçamento da Câmara de Lisboa para o próximo ano prevê redução, entre 10 a 20%, do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) para famílias com filhos, uma medida que abrange 33 mil famílias.

Em paralelo, a autarquia presidida pelo socialista Fernando Medina mantém a taxa de IMI no mínimo (0,3% face ao máximo de 0,5%). Trata-se da taxa mais baixa de toda a área metropolitana de Lisboa. ■

HERMÍNIO DA PALMA INÁCIO

HERÓI DA LUTA CONTRA A DITADURA DO ESTADO NOVO

Hermínio da Palma Inácio, herói da luta antifascista, foi recordado numa sessão promovida pela Fundação Mário Soares, no âmbito da iniciativa "Vidas Com Sentido", que tem vindo a prestar homenagem a personalidades que pelos seus ideais e intervenção cívica marcaram o século XX e permanecem como exemplos.

FORAM oradores Mário Soares, Ana Sofia Ferreira e Fernando Pereira Marques que recordaram a postura cívica e corajosa de um homem que dedicou a sua vida à luta contra o Estado Novo, protagonizando ações ousadas e espetaculares que abalaram o salazarismo. Recusou sempre benesses e privilégios. Morreu pobre.

Mecânico de aeronaves e piloto de aviação civil, natural de Ferragudo, onde nasceu a 29 de janeiro de 1922, Hermínio da Palma Inácio cedo ganhou uma forte consciência política, o que o levou desde muito novo a empenhar-se no derrube da ditadura.

Em 1947, participa na Revolta da Junta Militar de Libertação Nacional, em que estão envolvidos, entre outros, Mendes Cabeçadas e João Soares (ex-ministro da I República e pai de Mário Soares). Palma Inácio sabota diversos aviões na Base Aérea de Sintra. Após sete meses de clandestinidade, é preso no Aljube, onde é violentamente torturado. Evade-se desta cadeia em 16 de março de 1948.

Depois de se ter fixado no Brasil, onde contacta a comunidade de resistentes antifascistas ali exilados, Palma Inácio empreende mais ação que fica nos anais da história. A 10 de novembro de 1961, acompanhado de Camilo Mortágua, Amândio Silva

e outros revolucionários, desvia o avião da TAP que partura de Casablanca e lança milhares de panfletos contra o regime de Salazar sobre Lisboa.

A 17 de maio de 1967 lidera a operação de assalto à dependência do Banco de Portugal na Figueira da Foz, que rende 30 mil contos. A fuga dá-se num pequeno avião a partir do aeródromo de Cernache.

Já em Paris, cria a LUAR – Liga de Unidade e Ação Revolucionária, que reivindica o assalto, destinado a angariar fundos para a luta contra a ditadura.

O homem que não conhecia a palavra medo

Mas a luta continua. E Palma Inácio prepara a tomada da ci-



dade da Covilhã. Preso pela PIDE em 20 de agosto de 1968, na área de Moncorvo, é transferido para o Porto, de onde se evade mais uma vez, serrando

as grades da cela.

Refugiado em Paris, é julgado à revelia em 1970. É condenado a 16 anos de prisão maior.

Em novembro de 1973, depois

de ter entrado clandestinamente em Portugal para mais uma operação, é detido pela PIDE, que nos interrogatórios o submete a violentas sevícias.

É libertado de Caxias após o 25 de abril de 1974.

Mantém durante algum tempo a LUAR, mas aproxima-se do PS, do qual será um militante destacado, ocupando diversos cargos nos seus órgãos dirigentes. Morre em Lisboa a 14 de julho de 2009 o homem a quem o jornal "Público" chamou num longo artigo "O homem que não conhecia a palavra medo". O seu corpo esteve em câmara ardente na sede nacional do largo do Rato, onde militantes e simpatizantes socialistas e outros antigos companheiros de luta lhe prestaram sentida homenagem. ■ J. C. C. B.



UMA VIDA COM SENTIDO

"Vidas com sentido" é uma iniciativa da Fundação Mário Soares que pretende homenagear personalidades de diferentes quadrantes políticos, cuja intervenção cívica marcou o século XX.

Homens e mulheres como Palma Inácio que pelos seus ideais, pela sua postura cívica e política, pelos seus combates, souberam dar sentido às suas vidas e que, embora já falecidos, permanecem como exemplos.

PORTUGAL PRECISA DE UM GOVERNO MODERADO

AUGUSTO SANTOS SILVA



Portugal precisa de um governo moderado para reconstruir o tecido institucional e social que quatro anos e meio de radicalismo, entre 2011 e 2015, romperam perigosamente. Só tornando a respeitar a Constituição e a honrar os compromissos do Estado com os pensionistas é que podemos restaurar a confiança nas instituições e nos contratos. Deixando de confundir desemprego com preguiça e proteção social com caridade é que podemos voltar a confiar no Estado Providência. Não é possível cuidar da autoridade do Estado se continuarmos a humilhar as chefias militares, a desaproveitar a estrutura diplomática, a nomear a bel-prazer sequazes e parceiros de blogue para altas funções públicas, a fazer de conta que fazemos concursos para depois impor os amigos. Não é possível atrair investimento qualificado se vendemos ao desbarato as empresas públicas e oferecemos vistos e regalias a quem apenas compra imobiliário. Poderia continuar indefinidamente. O ponto é este: é preciso acabar com o fanatismo ideológico, o preconceito, o experimentalismo, o radicalismo de quem quis romper, e rompeu, em áreas críticas, como na educação e na ciência, consensos laboriosamente construídos na democracia.

Portugal precisa de um governo moderado para enfrentar a situação muito difícil em que se encontra. O equilíbrio das contas públicas está por atingir: o défice orçamental de 2014 foi superior a 7% e o do primeiro semestre chegou próximo dos 5%; a dívida pública não parou de subir; o crescimento económico é anémico; o sistema bancário continua à beira do precipício. A direita achou e acha que o único caminho da consolidação orçamental é castigar a economia e tirar rendimento às pessoas. Viu-se no que isso dá. É preciso menos ideologia e mais realismo na condução da política orçamental, de modo a que se combinem o estímulo da economia por via da oferta e o estímulo da economia por via da procura.

Portugal precisa de um governo moderado para defender os interesses nacionais no quadro que melhor os serve, isto é, a União Europeia, a NATO e a CPLP. Um governo que recuse aventureirismos e golpes de bravata, mas aposte numa negociação séria, com oferta de garantias credíveis aos nossos parceiros e aliados e construção conjunta de soluções que a todos sirvam.

Portugal precisa de um governo moderado para voltar a unir a sociedade portuguesa. Ela está hoje dividida, como mostra o resultado eleitoral. E a estratégia da direita, desde que finalmente percebeu que havia perdido a maioria absoluta, tem sido de cavar ainda mais as divisões. Mas o país precisa do contrário, precisa de mais diálogo e menos confrontação. Um governo moderado é o único capaz de liderar essa nova etapa.

Portugal precisa que a esquerda apoie um governo moderado e a esquerda precisa de demonstrar ao país que sabe construir e apoiar duradouramente um governo moderado. Precisa de mostrar pela prática quão injusta é a acusação, hoje tão propagada, de que apenas traz instabilidade e que continua presa dos idos de 1975. Um governo moderado apoiado pela esquerda e uma esquerda comprometida com esse apoio são a única maneira de concluir com êxito o processo que o 4 de outubro iniciou: a plena integração de todos os portugueses no sistema democrático europeu. ■

PS NÃO DEIXARÁ O PAÍS SEM GOVERNO

O PS não vira as costas ao país e se o Governo PSD/CDS for derrubado, como tudo indica, será substituído por “uma alternativa com apoio parlamentar estável e duradouro”, afirmou Carlos César, que disse concordar com o Presidente da República sobre as “fragilidades” económico-financeiras do país e a necessidade de estabilidade política.



JORGE FERREIRA

ESTA POSIÇÃO foi transmitida pelo líder do Grupo Parlamentar do PS, Carlos César, numa reação ao discurso do Presidente da República na cerimónia de posse do XX Governo Constitucional, resultante da coligação PSD/CDS. Salientando que “o PS tem consciência da situação que o país atravessa”, Carlos César afirmou que, por isso, não pode deixar de subscrever as considerações do Chefe de Estado sobre as “fragilidades económicas, sociais e financeiras que o país atravessa e conserva, fragilidades que contrastam com a propaganda eleitoral feita pela direita e que ainda

hoje esteve presente em algumas passagens do discurso do primeiro-ministro”.

Por outro lado, o também presidente do PS afirmou que as negociações com PCP e Bloco de Esquerda para a formação de um Governo alternativo estão a “correr bem” e que esse processo será conclusivo quando estiver terminado.

“Há um trabalho de procura de convergência entre os partidos de esquerda que será conclusivo quando for finalizado”, disse, acrescentando que “o PS não deixa o país sem Governo. Se este Governo for derrubado, como tudo o indica, será substituído por um Governo estável”.

“No diálogo que estamos a ter com esses partidos, PCP e Bloco de Esquerda, o que está em causa são as matérias em que convergimos para adicionar àquilo que é o programa de Governo do PS”, disse.

Carlos César esclareceu ainda que “em matérias como compromissos internacionais e europeus, o que releva é aquilo que resulta do programa de Governo PS. Nisso não recebemos lições no nosso país sobre o nosso compromisso europeu. Esse é um compromisso de sempre do PS - partido gerado na Europa e formado fora do país e num contexto europeu”. ■

CARTOON

